GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Habitação

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Concurso Público

ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

POLÍTICA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL / ASSISTÊNCIA SOCIAL

Data: 11/03/2012
Duração: 3 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este Caderno, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos
01 a 10	11 a 20	21 a 50

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo: | A | B | ■ | D | E |

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas.**

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões ***não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato****.*

Somente decorridas 2 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas.** Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

GOVERNO DO Rio de Janeiro

FUNDAÇÃO CEPERJ
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

Rio2016

www.ceperj.rj.gov.br
sac@ceperj.rj.gov.br

PORTUGUÊS

A consolidação da regularização fundiária como política urbana no Brasil

A promulgação da Constituição Federal em 1988 coroou o longo processo de democratização do país iniciado, ainda, no final dos anos 1970. A democratização do país foi a ocasião propícia para uma reflexão mais acurada sobre a integração socioespacial das camadas urbanas mais desprotegidas, tanto no plano jurídico quanto no plano social. Diante das pressões dos movimentos sociais urbanos, o capítulo constitucional sobre a política urbana (artigos 182 e 183) reconheceu que tanto a propriedade quanto a própria cidade devem exercer uma função social. Esse mesmo artigo estabeleceu que o município exerce, de agora em diante, um papel central na elaboração e na aplicação das políticas de desenvolvimento urbano local. O instrumento de base dessa política é doravante o Plano Diretor municipal, exigência constitucional para todas as cidades com mais de 20 mil habitantes. As disposições desse capítulo constitucional se focalizam, assim, na instituição de medidas aptas a dissuadir a concentração especulativa do solo, assim como possibilitar a legalização das formas informais de acesso à moradia.

Este último aspecto revela-se crucial diante do índice de informalidade fundiária das cidades brasileiras. Segundo Edésio Fernandes (2002, p.52), essa informalidade pode atingir, por exemplo, quase 50% da população das duas principais metrópoles brasileiras (São Paulo e Rio de Janeiro). Ao regulamentar as disposições do supracitado capítulo constitucional, a lei do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001) contribuiu para consolidar a regularização fundiária como uma das principais diretrizes da política urbana no Brasil. Antes de analisarmos as disposições da legislação brasileira sobre esse assunto, impõe-se, inicialmente, uma breve análise das diferentes questões sociopolíticas relativas à legalização do solo.

A regularização fundiária consiste em regularizar a posse dos habitantes e promover a urbanização do local sem recorrer à remoção da população para outras localidades. A regularização fundiária é frequentemente limitada à transferência de títulos fundiários, sobretudo os de propriedade privada. Medida, aliás, preconizada como "solução milagrosa" pelas instituições internacionais e celebrizada, nos últimos anos, pelos trabalhos do economista peruano Hernando de Soto. Os governos dos países em desenvolvimento abandonaram, a partir dos anos 1980, os esforços para a construção em massa de moradias populares na periferia das cidades e se concentraram, sobretudo, na ideia de que a legalização do informal, aliada a uma desregulamentação mais acentuada do mercado imobiliário, poderia atenuar o preço do solo, suscitando, enfim, uma oferta mais consistente de moradias, erguidas, geralmente, pela autoconstrução. O balanço que se obtém 20 anos mais tarde é, todavia, um enorme fracasso. A regularização fundiária, onde foi efetivamente realizada, liberou o solo e desencadeou uma pressão do mercado imobiliário sobre os bairros beneficiados que eram, até então, relativamente protegidos, justamente em razão da sua ilegalidade. O fenômeno atual de segregação urbana torna-se, assim, mais um produto derivado das leis de mercado que o resultado da recusa, por parte das autoridades públicas, do reconhecimento oficial da existência dos bairros informais. A solução do mercado originou outras formas de exclusão que apenas fizeram aumentar o círculo de informalidade, agora concentrado nas regiões cada vez mais periféricas, insalubres e/ou ecologicamente precárias das cidades.

Esse modelo, ao menos no caso específico das favelas, foi apenas parcialmente aplicado no Brasil. A política de urbanização das favelas, implementada a partir dos anos 1980, não foi necessariamente seguida da regularização fundiária plena desses espaços. A ilegalidade fundiária, conjugada à violência imposta pelos narcotraficantes num grande número de favelas, desestimula, nos dias atuais, a entrada dos grandes promotores imobiliários no mercado imobiliário das favelas. O fim das políticas de remoções em massa e a ausência de um controle público mais efetivo sobre o crescimento das favelas asseguraram, todavia, a relativa segurança da posse dos habitantes das favelas e o florescimento do mercado imobiliário no interior desses espaços. Esse mercado se apresenta concentrado nas mãos de alguns "latifundiários", muitas vezes ligados às redes mafiosas locais. A flexibilidade urbanística nas favelas permite, ainda, uma oferta consistente de habitações a preços reduzidos. A despeito da especulação imobiliária, as favelas se revelam, pelo menos por enquanto, um relevante meio de acesso à moradia para as camadas mais desfavorecidas das metrópoles brasileiras.

Nesse contexto, a regularização fundiária deve-se concentrar menos sobre uma lógica mercadológica de fluidificação das transações imobiliárias e de alargamento da base fundiária fiscal do município do que sobre a redução da insegurança que afeta as relações fundiárias, como aliás já destacou a campanha pela segurança da posse, promovida pela UN-Habitat, desde 1997. A precariedade jurídica do acesso ao solo nas favelas sempre serviu como justificativa não somente para as expulsões arbitrárias, mas também para a ausência de serviços públicos adequados nesses espaços. A insegurança fundiária também limitou o investimento dos moradores em suas casas e em seus bairros. A regularização fundiária se manifesta, assim, como um elemento imprescindível para se materializar o direito à moradia, integrando, aliás, esse direito específico ao leque de direitos que constitui o direito à cidade.

A legalização da moradia garante, de fato, direitos sociopolíticos às populações das favelas que adquirem recursos jurídicos indispensáveis para enfrentar os diferentes conflitos de ordem fundiária/imobiliária, seja entre vizinhos, seja ante os pretensos proprietários dos terrenos ocupados pela favela, ou mesmo ante as autoridades públicas. A regularização fundiária pode, por sua vez, desempenhar um importante papel na planificação urbana, por meio da imposição de regras urbanísticas às construções e ao uso do solo nas favelas. Dependendo da natureza do título outorgado aos habitantes, ela pode até mesmo contribuir ativamente para a gestão do fundiário, limitando tanto a excessiva valorização do solo quanto o aumento da exclusão espacial no interior das metrópoles.

(Adaptado de: GONCALVES, R.S. Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial. *Estud. av.*, 2009, vol.23, n.66. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000200017&lng=en&nrm=iso>)

01. O texto defende a ideia de que a:

A) regularização fundiária das favelas é fundamental para garantir o direito à moradia das populações urbanas
B) legalização da moradia garante os direitos das populações das favelas pois promove a planificação urbana
C) precariedade jurídica do acesso ao solo nas favelas serve como mecanismo para garantir direito à moradia
D) legitimação da posse dos habitantes das favelas atenua o preço do solo e aumenta a oferta de moradia
E) realização da regularização fundiária desencadeou uma pressão do mercado sobre os bairros beneficiados

02. Segundo o texto, é correto afirmar que a Constituição Federal de 1988:

A) respondeu a uma reflexão inadequada sobre a política urbana ocorrida durante a redemocratização do país
B) garantiu a função social da propriedade, fazendo eco às reivindicações dos movimentos sociais urbanos
C) estabeleceu que o governo federal e os estaduais não têm ingerência sobre a política urbana
D) determinou que todos os municípios tenham um Plano Diretor que vise ao desenvolvimento urbano local
E) estimulou a criação do Estatuto da Cidade, que não funcionou em função da pressão do mercado

03. O texto é um fragmento de artigo acadêmico. Dentre as características desse gênero, o texto **não** apresenta:

A) predomínio da impessoalidade
B) citações explícitas de outros textos
C) preponderância de sequências descritivas
D) emprego da norma de prestígio
E) presença de argumentação

04. "Antes de analisarmos as disposições da legislação brasileira sobre esse assunto, impõe-se, inicialmente, uma breve análise das diferentes questões sociopolíticas relativas à legalização do solo."

(2º parágrafo)

No fragmento acima reproduzido, o emprego da 1ª pessoa do plural tem o papel de:

A) designar um sujeito coletivo que se responsabiliza pelo que foi dito
B) incluir enunciador e leitor, para aproximá-los
C) evitar a 1ª pessoa do singular como estratégia de polidez
D) marcar um sujeito institucional, representado pela universidade
E) indicar um enunciador coletivo, mas difuso e amplificado

05. No 4º parágrafo, a palavra "latifundiários" encontra-se entre aspas porque:

A) designa o signo linguístico em si mesmo
B) indica um uso diferente do sentido usual
C) delega a compreensão do sentido ao leitor
D) atribui a outros enunciadores o dito
E) sugere o seu pertencimento a outro código linguístico

06. "A precariedade jurídica do acesso ao solo nas favelas sempre serviu como justificativa não somente para as expulsões arbitrárias, mas também para a ausência de serviços públicos adequados nesses espaços [...]"

(5º parágrafo)

No fragmento acima reproduzido, "mas também" apresenta valor semântico de:

A) adversidade
B) causalidade
C) concessão
D) condição
E) adição

07. De acordo com o texto, no que diz respeito à política de regularização fundiária, o comentário correto para a chamada "solução milagrosa" é:

A) foi amplamente empregada por países desenvolvidos para a legalização das moradias informais
B) atenuou o preço do solo, mas fracassou principalmente nos países em desenvolvimento
C) realizou a regularização fundiária e proporcionou a diminuição do preço do solo urbano
D) fracassou, pois ocorreu uma pressão do mercado imobiliário nos bairros beneficiados
E) triunfou no Brasil, embora não tenha havido uma regularização fundiária plena das favelas

08. "Esse modelo, ao menos no caso específico das favelas, foi apenas parcialmente aplicado no Brasil."

(4º parágrafo)

No fragmento acima, o trecho entre vírgulas tem um papel:

A) explicativo
B) distributivo
C) enumerador
D) resumidor
E) comparativo

09. No texto, parte-se do pressuposto de que:

A) há serviços públicos adequados nos espaços legalizados e nos não legalizados
B) as favelas representam meio de acesso inadequado à moradia
C) os direitos sociopolíticos da população das favelas estão garantidos
D) ocorrem expulsões arbitrárias de cidadãos cujas moradias não são legalizadas
E) a exclusão espacial nas cidades brasileiras valoriza o solo

10. No texto usa-se em sentido figurado a palavra:

A) coroou *(1º parágrafo)*
B) crucial *(2º parágrafo)*
C) celebrizada *(3º parágrafo)*
D) narcotraficantes *(4º parágrafo)*
E) vizinhos *(6º parágrafo)*

CONHECIMENTOS GERAIS

11. De acordo com os princípios fundamentais expressos na Constituição do Estado do Rio de Janeiro, **não** se vincula à soberania popular:

A) sufrágio universal
B) plebiscito
C) referendo
D) iniciativa popular do processo legislativo
E) educação ampla

12. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro organiza internamente os poderes do Estado, dentre os quais encontra-se o seguinte:

A) Igreja
B) Imprensa
C) Povo
D) Legislativo
E) Ministério Público

13. No exercício de sua autonomia, o Estado do Rio de Janeiro pode vincular-se a outros órgãos para consecução dos objetivos inerentes à proteção do patrimônio público, podendo, nessa trilha, nos termos da Constituição Estadual, estabelecer convênios com os seguintes órgãos, **exceto**:

A) União
B) Empresas Tabagistas
C) Municípios
D) Fundações Públicas
E) Estados Federados

14. Nos termos da legislação especial, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) tem natureza jurídica de:

A) Fundação
B) Sociedade de Economia Mista
C) Autarquia
D) Secretaria
E) Empresa Pública

15. Nos termos da legislação estadual, o ITERJ possui inúmeras competências dentre as quais **não** se inclui:

A) desenvolver estudos e fixar critérios para a utilização das terras, sejam públicas ou privadas, e identificar terras abandonadas, subaproveitadas e reservadas à especulação
B) organizar serviços e documentação cartográfica, topográfica e cadastral, bem como de estatísticas imobiliárias necessárias para atingir os objetivos da política agrária ou fundiária
C) promover regularização fundiária e intermediar conflitos pela posse da terra
D) adquirir terras através de procedimentos judiciais ou extrajudiciais para regularização fundiária urbana e rural
E) fornecer subsídios financeiros para empresas que pretendam atuar no Estado com a finalidade de proporcionar desenvolvimento econômico

16. Nos termos da legislação estadual, o ITERJ possui autonomia financeira. Sobre esse tema, é correto afirmar:

A) O Instituto tem suas despesas custeadas totalmente pelo Tesouro Estadual mediante dotação orçamentária específica.
B) Os serviços prestados pelo ITERJ são gratuitos e realizados amplamente, inclusive fora do território estadual.
C) Poderão integrar o orçamento do ITERJ verbas obtidas de convênio com a União Federal.
D) O Diretor-Presidente do ITERJ é exclusivamente o gestor de contas do órgão.
E) O ITERJ não pode receber doações de entes privados ou contribuições de outras entidades públicas.

17. Nos termos da legislação específica, **não** se inclui nas atribuições do Conselho de Administração:

A) promover e incentivar a participação de instituições públicas e privadas na formação e realização da política fundiária
B) apresentar parecer conclusivo, aprovando ou não as contas do ITERJ, ao término do seu período de atuação, independentemente de o mesmo procedimento ser adotado quando do encerramento do exercício financeiro
C) compatibilizar a ação do ITERJ com as normas e diretrizes da Política Agrária Nacional
D) propor a celebração de convênios de cooperação técnica e a promoção de intercâmbio com entidades nacionais e estrangeiras
E) propor a política de atuação a ser executada nos assentamentos

18. Nos termos da Constituição Estadual, devem ocorrer incentivos a determinadas atividades no setor pesqueiro, dentre as quais cita-se:

A) aquicultura
B) equinocultura
C) pescocultura
D) camarocultura
E) vacumcultura

19. Com a realização da Rio mais 20 no ano de 2012, os olhares novamente são postos no Rio de Janeiro em tema ambiental. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro, quando ocorre a utilização de recursos naturais com finalidades econômicas para fins de custeio da fiscalização e recuperação dos padrões de qualidade ambiental, prevê a criação de:

A) imposto
B) taxa
C) contribuição
D) tarifa
E) preço

20. Nos termos da Política Urbana regulamentada pela Constituição do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que é assegurada, quanto às áreas faveladas e de baixa renda, como regra geral, **exceto**:

A) urbanização
B) regularização fundiária
C) titulação
D) remoção dos moradores
E) preservação do meio ambiente

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Na análise da mundialização da economia, Iamamoto (2007) considera que as dívidas públicas e o mercado acionário das empresas sobrevivem a partir de dois aspectos:

A) da organização administrativa e da fomentação ideológica
B) da focalização das políticas sociais e do incremento na distribuição de renda
C) da decisão política dos Estados e do suporte das políticas fiscais e monetárias
D) da hierarquização social e do incentivo ao consumismo
E) da múltipla causalidade econômica e do apoio das ONGs

22. Para Bonfim (2010), a fusão entre a perspectiva pública e a perspectiva privada no enfrentamento da questão social atua como um componente ideológico que tem o objetivo de:

A) romper com a baixa eficácia dos programas governamentais
B) superar o preconceito em relação às entidades privadas
C) consolidar as diretrizes da responsabilidade social empresarial
D) manter as relações de exploração e desigualdade
E) retroceder no princípio da solidariedade social e familiar

23. A interpretação da questão social como elemento constitutivo da relação entre o Serviço Social e a realidade, a partir do acompanhamento das estratégias de enfrentamento adotadas pelo Estado e pelas classes, tem algumas implicações. Para Behring e Boshetti (2006) uma delas é:

A) imprimir historicidade a esse conceito
B) privilegiar a técnica dos mapas de “exclusão”
C) incidir na ideia de vigilância da exclusão
D) retomar a ideia de “situação-problema”
E) alienar-se da perspectiva crítico-dialética

24. De acordo com Vianna (2010), *“o empreendedorismo à Yunus”* é um pilar constituinte de:

A) um retrocesso na área da responsabilidade individual
B) uma visão arcaica da questão social
C) um avanço no enfrentamento ao grande capital
D) uma teoria de proteção social abrangente a toda sociedade
E) uma nova concepção de política social

25. Um aspecto importante da proposta marxista do Serviço Social nos anos 60/70 é a:

A) busca da modernização tecnológica
B) recusa à via institucional
C) pesquisa sobre os relacionamentos interpessoais
D) perspectiva da eficiência e da eficácia
E) expectativa de integração da sociedade

26. Para Iamamoto (1998), um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é:

A) mobilizar recursos para projetos
B) examinar o estado moral dos usuários
C) militar no campo político-partidário
D) ser propositivo
E) participar do controle social

27. De acordo com Iamamoto (1998), a perspectiva fatalista no Serviço Social conduz a uma:

A) subjetivação dos indivíduos
B) visão heroica da profissão
C) rotinização do trabalho
D) criticidade na análise histórica
E) utopia na compreensão social

28. No debate sobre projeto ético-político do Serviço Social, Iamamoto (1998) afirma que uma forma de potenciar a dimensão política do fazer profissional é:

A) dar maior visibilidade ao desrespeito aos direitos humanos e sociais
B) militar nos movimentos sociais
C) publicizar a relação entre monoparentalidade e pobreza
D) associar-se a partidos políticos com propostas condizentes ao Código de Ética
E) publicar artigos científicos de convocação política à classe que vive do trabalho

29. No que se refere ao planejamento social, Battini (2009) ressalta a necessidade de sua recriação na perspectiva:

A) instrumental-burocrática
B) estruturalista
C) filosófico-naturalista
D) funcionalista
E) prático-crítica

30. Battini (2009) destaca as seguintes três dimensões do planejamento social:

A) fundamentalista, operacional e decisória
B) sócio-histórica, técnico-operativa e ético-política
C) filosófica, informativa e avaliativa
D) econômica, normativa e psicossocial
E) sociológica, econômica e eletiva

31. Em relação aos aspectos para análise e avaliação das políticas sociais, Boschetti (2009) sinaliza elementos empíricos de análise que podem ser desdobrados em fatores e indicadores. Um indicador relacionado ao aspecto de ”configuração e abrangência dos direitos” é o seguinte:

A) mecanismo e formas de articulação com outras políticas
B) configuração do financiamento e gasto social
C) gestão e controle social-democrático
D) relação entre as esferas governamentais
E) articulação entre estado e organizações não governamentais

32. Nos estudos socioeconômicos realizados através de uma perspectiva de totalidade, o assistente social deve:

A) fornecer informações sobre a personalidade do indivíduo, conforme a utilização da técnica de história de vida
B) prever situações de risco e vulnerabilidade que possam envolver o sujeito no futuro
C) articular a observação e a análise de situações singulares da vida do usuário com as dimensões estruturais e conjunturais
D) reforçar a estereotipia da escuta e da fala do usuário, analisando as perspectivas de vida
E) considerar a inteligência, a vida afetiva e os princípios morais do indivíduo, a fim de definir qual encaminhamento é mais pertinente

33. Em relação aos estudos socioeconômicos, Mioto (2009) considera que a visita domiciliar é:

A) um meio indispensável para escrita do documento final
B) um instrumento tradicionalmente definido pela profissão
C) uma técnica invasiva para o usuário que depende de um parecer
D) uma operação desaconselhável para esse tipo de estudo
E) um recurso conservador de avaliação subjetiva e moral

34. Depois de realizados os estudos socioeconômicos é o momento de elaborar o documento final. Um ponto fundamental para sua elaboração é a análise da situação, na qual o profissional deve:

A) apresentar como articulou os dados da realidade com o seu conhecimento da área
B) explicitar como chegou à identificação do usuário, de seus familiares e dos demais atores envolvidos
C) descrever sinteticamente a situação que é objeto do estudo
D) comprovar que a fala dos envolvidos no estudo foi verdadeira
E) justificar a escolha dos instrumentos utilizados na realização do estudo

35. Para Mioto (2009), a orientação e o acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias são ações de natureza:

A) subjetiva
B) impositiva
C) positivista
D) educativa
E) mecanicista

36. Freitas et al. (2010) destacam que um conceito central para pensar a família brasileira é:

A) a assistência moral
B) o homem provedor
C) a matricialidade mercantil
D) o nuclear burguês
E) a circulação de crianças

37. De acordo com Abreu e Cardoso (2009), quando a função de mobilização social realizada pelos assistentes sociais prioriza os interesses da classe trabalhadora, a atuação profissional é direcionada para o seguinte fator:

A) o enfraquecimento da centralidade do Estado
B) a consolidação da solidariedade social
C) o fortalecimento dos espaços de luta dessa classe
D) a ampliação de iniciativas privadas nas ações sociais
E) o aproveitamento consciente do crescimento das ONGs

38. Cattani e Ferrarini (2010) consideram a possibilidade de uma política pública na área do planejamento urbano gerar a superação da pobreza ao utilizar estratégias ligadas ao desenvolvimento local e às metodologias participativas. Com o uso das metodologias participativas, a população torna-se:

A) usuária dos projetos
B) executora dos projetos
C) cogestora das ações de programas
D) gestora dos programas
E) elaboradora dos programas e projetos

39. Segundo Mauriel (2010), a pobreza tem ocupado um lugar privilegiado no debate sobre política social. Isso traz impedimentos à generalização dos direitos sociais para o enfrentamento da seguinte questão:

A) agrária
B) política
C) monetária
D) trabalhista
E) social

40. Para Couto, Yasbeck e Raichellis (2011), um processo de redefinição do perfil dos usuários que demandam o acesso a serviços e benefícios da assistência social está em curso, o que significa a incorporação dos seguintes atores:

A) trabalhadores rurais e contribuintes especiais
B) indivíduos que denpendem diretamente dos serviços sociais públicos
C) cidadãos sem rede sociorrelacional
D) desempregados, subempregados e trabalhadores com vínculos de trabalho precários
E) sujeitos considerados inaptos para o trabalho

41. A Proteção Social oferecida pela assistência social se estrutura nos níveis de atenção básica e especial. Uma característica da Proteção Especial de média complexidade é:

A) garantir proteção integral para famílias e indivíduos com direitos violados que se encontrem sem referência familiar
B) atender a famílias com direitos violados, mas que tenham vínculos familiares e comunitários preservados
C) prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades
D) oferecer serviços de proteção para indivíduos que vivam em situação de ameaça e necessitem ser retirados do convívio familiar
E) disponibilizar ações para o enfrentamento da fragilização de vínculos afetivos e relacionais

42. Rover e Munarini (2010) informam a existência de um empenho por parte dos agricultores em permanecer na sua atividade. Para que isso aconteça é preciso estabelecer políticas. Do ponto de vista das famílias, uma ação necessária neste sentido é:

A) manter a estrutura atual das propriedades
B) preparar profissionais para a gestão ambiental
C) fomentar a integração da ciência e tecnologia
D) garantir o acesso à assistência técnica e à renda
E) fortalecer a consciência crítica sobre a problemática ambiental

43. Ao tratar da questão ambiental e dos desafios ao Serviço Social nesta área, Silva (2010) destaca que o profissional comprometido com seu projeto ético-político deve:

A) conhecer e atuar junto aos sujeitos e grupos no sentido de formar consumidores conscientes
B) alinhar-se à formação de uma cultura ambientalista para apregoar a defesa da natureza
C) buscar amparo no discurso da sociedade ambientalmente sustentável
D) difundir a gestão ambiental nos negócios empresariais e a redução do desperdício na produção
E) identificar e analisar os movimentos que vinculam a questão ambiental à questão social

44. De acordo com o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), o Estudo de Impacto da Vizinhança é necessário para a obtenção de licenças ou autorizações de construção, visando:

A) contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades
B) servir a programas de regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda
C) permitir a redução dos custos e o aumento da oferta de lotes e unidades habitacionais
D) executar planos regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social
E) ordenar e controlar o uso do solo para garantir a integração e complementaridade das atividades urbanas e rurais

45. No Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), consta que um dos instrumentos utilizados para garantir a Gestão Democrática da Cidade é:

A) a adoção de padrões de consumo compatíveis com a sustentabilidade do local
B) a realização de debates, audiências e consultas públicas
C) a distribuição espacial da população e das atividades econômicas
D) a garantia do direito a cidades sustentáveis a partir do direito à terra urbana
E) a cooperação entre os governos e a iniciativa privada

46. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente/1990, os casos de maus tratos sofridos por adolescente aprendiz em sua família devem ser comunicados obrigatoriamente:

A) à Coordenação Municipal do Programa Jovem Aprendiz
B) à Delegacia do Trabalho mais próxima
C) ao Conselho Tutelar da respectiva localidade
D) à Coordenadoria de Proteção Especial da área
E) ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

47. Algumas ações contra os direitos dos idosos são consideradas crimes passíveis de multa e reclusão. De acordo com o Título VI do Estatuto do Idoso/2003, considera-se crime quando:

A) há apropriação indevida da pensão do idoso e a ela se dá aplicação diversa da de sua finalidade
B) as determinações legais sobre a prioridade no atendimento ao idoso não forem cumpridas
C) o profissional de saúde não comunicar os casos de negligência contra idosos à autoridade competente
D) for fixado limite máximo de idade para admissão em qualquer emprego ou trabalho
E) a família descumpre o dever de acompanhar o idoso durante a internação hospitalar

48. Segundo a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência/1999, a concessão de equipamentos e utensílios de trabalho especialmente desenhados ou adaptados é uma:

A) colocação seletiva
B) ação assistencialista
C) benesse do local de trabalho
D) diretriz da política
E) ajuda técnica

49. A Lei 10.216/2001 dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoa portadora de transtornos mentais. Um de seus direitos é:

A) ser atendida sempre com um acompanhante
B) ser internada, ocasionalmente, em instituições com características asilares
C) ter a internação psiquiátrica como primeira opção de tratamento
D) ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental
E) ser internada, em situações emergenciais, sem laudo médico

50. De acordo com o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, o aprimoramento profissional de forma contínua configura:

A) uma prerrogativa
B) um direito
C) uma competência
D) um dever
E) uma atribuição